



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

A Aplicação dos Royalties do Petróleo nas Áreas da Saúde e da Educação no Município de Ilhabela: Uma Análise do Orçamento Municipal

JOSEFA MARIA DA SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Caraguatatuba

RICARDO MARONI NETO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Caraguatatuba

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o impacto financeiro no orçamento do Município de Ilhabela com relação à arrecadação dos royalties e as despesas nas áreas da saúde e educação, no período compreendido entre 2013 e 2019 comparado com o período entre 2001 e 2012. O estudo utiliza como base as leis orçamentárias anuais (LOA) para obter as receitas e despesas fixadas. Concernente à metodologia, a pesquisa se caracteriza como descritiva e quantitativa. Também é caracterizado pelo processo e técnica de coleta bibliográfica e documental. Este trabalho visa contribuir com um panorama sobre o quanto o repasse de royalties ao longo dos anos foi representativo no orçamento do Município de Ilhabela, especificamente nas áreas que apresentam maior alocação orçamentária: a saúde e a educação. Por isso, esta pesquisa visa responder ao seguinte problema: Qual o impacto financeiro identificado no orçamento das áreas da saúde e educação do Município de Ilhabela, no período entre 2001 e 2019, em decorrência da arrecadação dos royalties e participação especial sobre petróleo e gás natural? Entre os resultados obtidos, verificou-se que tanto a previsão de receitas quanto despesas na área da saúde e educação foram menores no primeiro período em comparação ao segundo estudado. Somente em seis anos (2014 a 2019) Ilhabela conseguiu arrecadar quase 45% dos rendimentos totais, quando somadas as receitas de royalties e participação especial. Ao traçar um panorama em um período de quase 20 anos, a pesquisa aventa a possibilidade de outros estudantes analisarem orçamentos de outros municípios brasileiros que sejam beneficiados com as receitas de royalties e participação especial com as variáveis aqui propostas.

Palavras-chave: orçamento municipal, receita de royalties, lei orçamentária anual.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1. Introdução

O município de Ilhabela passou a ter seu orçamento ampliado a partir de 2014, com o início das atividades do campo petrolífero Sapinhoá, situado na Bacia de Santos.

Em 2018, a cidade de Ilhabela foi a terceira colocada no ranking nacional de arrecadação dos royalties e participação especial sobre petróleo e gás natural, perdendo apenas para as cidades de Maricá e Niterói, no Rio de Janeiro, com um repasse no valor de 751,6 milhões (O VALE, 2019). Com esse montante, a cidade liderou o ranking de arrecadação dos royalties no Estado de São Paulo nos anos de 2017 e 2018.

Há que se ressaltar também a importância da saúde e educação, duas áreas consideradas essenciais em qualquer administração, seja na esfera municipal, estadual e federal. Não à toa, a Constituição Federal de 1988 (SENADO, 2020) também estabelece o limite mínimo para aplicação de receitas, sendo de 15% para a saúde e 25% para a educação.

Diante desse informe emerge o tema que é o impacto financeiro dessa arrecadação no orçamento municipal sobre as áreas da saúde e da educação.

Por isso, este trabalho pretende responder ao seguinte problema: qual foi o impacto financeiro identificado no orçamento das áreas da saúde e educação do Município de Ilhabela, no período entre 2001 e 2019, em decorrência da arrecadação dos royalties e participação especial sobre petróleo e gás natural?

O objetivo deste trabalho é avaliar o quanto o repasse dos royalties do petróleo impactou na fixação de receitas do Município e nas despesas do orçamento das Secretarias Municipais de Saúde e Educação de Ilhabela no período entre 2013 e 2019, comparando com o período compreendido entre 2001 e 2012, quando o município ainda não recebia os recursos de participação especial pela compensação extraordinária proveniente do excedente de produção na Bacia de Santos.

Para isso, é necessário um levantamento das receitas e despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nas duas áreas, no período entre 2001 e 2012, comparando com o lapso compreendido entre 2013 e 2019, a fim de identificar o quanto o repasse de royalties representou financeiramente no orçamento do Município, tornando-o um dos mais ricos do país.

Trabalha-se com o pressuposto de que as receitas e despesas destinadas no período compreendido entre 2001 e 2012, para as Secretarias Municipais de Saúde e Educação são menores do que o estabelecido entre os anos de 2013 a 2019. Embora o primeiro período seja maior, presume-se que o repasse dos royalties tenha contribuído para um aumento exponencial no orçamento das duas Pastas ao longo dos anos no segundo lapso.

Para o desenvolvimento de qualquer política pública é preciso que os gestores tenham um cenário atualizado sobre as práticas adotadas no passado. Nesse sentido, este estudo contribui apresentando uma análise sobre o impacto financeiro que o repasse dos royalties do petróleo proporcionou ao orçamento do município de Ilhabela nas áreas da saúde e educação.

Importante frisar ainda que não há estudos abordando o crescimento orçamentário de Ilhabela, embora o município esteja em pauta constantemente nos meios de comunicação pelo motivo em tela. No entanto, é importante destacar que existem estudos abordando essa temática em vários municípios do Brasil.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2. Fundamentação Teórica

Esta seção aborda o conceito e a base legal dos temas orçamento público, receita de royalties e gestão pública nas áreas da educação e saúde, bem como a revisão da literatura sobre os mencionados assuntos.

2.1. Orçamento Público

Na esfera pública, o orçamento é composto por três peças que estabelecem o planejamento de um ente federativo.

Por meio do PPA, que é elaborado no primeiro ano de mandato do governante eleito, são estabelecidas as diretrizes, objetivos e metas para os quatro anos de gestão subsequentes.

Com a LDO, são estabelecidas as prioridades e as metas para o exercício posterior, as quais devem estar em consonância com o ajustado no PPA.

A LOA, principal instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública, visa administrar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas anualmente (SILVA, QUINTELA, VIEIRA, 2018).

No que concerne às receitas públicas discriminadas na LOA, cabe mencionar que são compostas por um montante total de recursos arrecadados pelo Município, Estado ou União.

Esse montante é formado de duas maneiras: ingressos orçamentários, o qual representa a disponibilidade dos recursos financeiros que integrarão o patrimônio do Poder Público, aumentam o saldo financeiro e estão previstos na LOA; e, ingressos extraorçamentários, que correspondem a entradas de recursos em caráter temporário (compensatórias) e, por isso, não integram a LOA.

As receitas são classificadas em derivadas, originárias, correntes e de capital. No caso das receitas derivadas, o Estado as arrecada de forma impositiva, usando de seu poder de Polícia em tributar a população, sem a necessidade de contraprestação específica. As receitas originárias são obtidas por meio do patrimônio do Estado, como privatizações, alienações e concessões. As receitas de capital aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, contudo, não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. (ENAP, 2017)

No caso das receitas correntes, são arrecadadas dentro dos exercícios, no período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Por meio delas, o Estado em suas três esferas financia os programas e ações desenvolvidos para atender às políticas públicas.

No entanto, além da arrecadação própria por decorrência dos impostos e taxas cobrados, existe a possibilidade dos entes federativos receberem receitas de outros órgãos e, por isso, são classificadas pela contabilidade pública como transferências correntes, no que tange à sua origem.

Acerca das despesas públicas, a classificação é feita em dois grandes grupos: as discricionárias ou não obrigatórias, realizadas a partir da disponibilidade orçamentária e não vinculadas a regras constitucionais; e, as despesas obrigatórias, as quais o ente público não tem liberdade para suspender, como no caso de gastos com folha de pagamento, sentenças judiciais bem como na situação relacionada neste estudo quanto aos gastos mínimos em Saúde e Educação.

Essa aplicação obrigatória nas duas áreas foi garantida pela Lei nº 12.858/2013 (REPÚBLICA, 2013), que assegura a aplicação de 75% na área da educação e 25% na área da saúde dos recursos provenientes de royalties. Importante frisar que esse dever é estabelecido para União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2.2. A Receita de Royalties

De acordo com a Lei Federal nº 12.734/12 (REPÚBLICA, 2012) os royalties correspondem a uma compensação financeira devida pela exploração e produção do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, os quais são tratados no § 1º do art. 20 da Constituição.

Ainda segundo a legislação brasileira, as jazidas de petróleo e gás natural instaladas no subsolo do território nacional pertencem à União. No entanto, a exploração e produção destas riquezas podem ser repassadas para empresas.

Em contrapartida a essa cessão, as empresas devem pagar pela produção desses recursos naturais aos municípios, estados, Distrito Federal e à União (ANP, 2017).

Esses valores são definidos com base em cálculos efetuados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e recolhidos pela Secretaria Nacional do Tesouro, a qual efetua posteriormente os repasses devidos a todos os entes da Federação já mencionados.

Para a distribuição dos royalties, a ANP leva em consideração, entre outros fatores, a localização do campo produtor, seja ele em terra ou plataforma continental marítima, bem como as instalações que movimentam o petróleo e gás.

Existem duas cotas de participação sobre o valor da produção instituídos pela Lei 12.734/12. No que se refere a parcela de 5%, convém ressaltar que 70% do que é produzido em terra fica com os estados produtores; 20% com os municípios produtores e 10% com os municípios que possuem instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás (ANP, 2021).

Ainda sobre a produção em terra, a divisão da parcela com mais de 5% é feita para os estados produtores (52,5%), municípios produtores (15%), União - Fundo Social (25%) e municípios afetados por instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás.

Além disso, há também o pagamento de compensação financeira extraordinária para os campos que têm um grande volume de produção, chamada de participação especial.

A compensação do município de Ilhabela é proveniente do Campo de Sapinhoá, localizado na Bacia de Santos, o qual teve sua produção iniciada em 05 de janeiro de 2013 e tem previsão de término em 29 de dezembro de 2038, conforme aprovação da ANP no Plano de Desenvolvimento do referido campo (ANP, 2017).

No orçamento público municipal essa receita não aparece explicitamente como “receita de royalties”, mas inserida nas receitas de transferências correntes.

Essa classificação foi inserida na Lei 4.320/64, a qual considera os recursos recebidos por outras pessoas de direito público ou privado como receitas de transferências correntes, uma vez que atendam despesas de manutenção ou funcionamento relacionados a uma finalidade pública, mas que, no entanto, não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços ao ente que efetuou a transferência (NACIONAL, 2019).

Diante do exposto, as receitas de royalties do estudo estão classificadas quanto a sua categoria econômica como receitas correntes; no que se refere a sua origem, dentro das transferências correntes e, com relação à espécie, se enquadra nas transferências da União e de suas Entidades.

2.3. Revisão da Literatura

Esta seção visa apresentar as pesquisas desenvolvidas no país sobre orçamento público, receitas de royalties e a gestão nas áreas da saúde e educação, a fim de ratificar que o assunto em pauta é amplamente discutido e relevante para o desenvolvimento de políticas públicas cada vez mais eficientes.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2.3.1. Orçamento Público

O orçamento público é uma importante ferramenta para o planejamento de qualquer ente federativo, seja ele municipal, estadual ou federal. Não à toa, o assunto é tema de várias pesquisas acadêmicas.

Coutinho (1991) identifica que o município de Campinas sempre teve condições de preservar sua receita tributária própria, apesar de ter como entrave a inflação concernente ao período entre 1980 e 1988.

O estudo de Ribeiro e Simon (1993), Pase (2003), Novaes e Santos (2014), Peres e Mattos (2017) aborda a prática do orçamento participativo na gestão dos recursos públicos nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Município de São Paulo, respectivamente.

A pesquisa de Barreto e Estrada (2006) constata que os quinze pequenos municípios observados ainda estavam em uma fase primitiva de gestão administrativa e financeira.

Pires e Motta (2006), identificam que a padronização atual para tratar de orçamentos públicos teve sua origem em procedimentos adotados em lugares diferentes, como nos países Inglaterra, França e os Estados Unidos.

Procopiuck et al (2007) identifica as premissas necessárias para o desenvolvimento econômico dos municípios com a aplicação do PPA e outras peças orçamentárias.

Oliveira et al (2014) estima o efeito de variáveis contábeis, político-partidárias e eleitorais sobre o comportamento de prefeitos de acordo com o exposto nas contas de 40 municípios fluminenses.

A pesquisa de Pires e Martins (2011) conclui que a dimensão técnica orçamentária-financeira ainda é pouco entendida e explicada, apesar de ser abordada há duas décadas.

Cavalcante e Lariu (2012) investigam as relações entre as despesas e políticas de saúde, educação e assistência social em aproximadamente 95% dos municípios brasileiros.

Com o estudo de Rodrigues Jr., Zonatto e Lavarda (2012) é possível identificar um sistema orçamentário consolidado em uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado de Santa Catarina.

O trabalho de Brelaz e Alves (2013) conclui que, a participação da sociedade civil nas audiências públicas realizadas na Câmara Municipal de São Paulo entre 1990 e 2010 estava institucionalizada.

Lopes e Hanley (2014) apontam que as leis orçamentárias não condizem com a real experiência financeira dos municípios paulistas durante o século XIX.

No município de Cosmópolis, no interior de São Paulo, Santos e Camacho (2014) examinam a relação entre receitas e despesas e fica evidenciado nos anos de 2007, 2008 e 2011 um superávit orçamentário e nos anos de 2009, 2010 e 2012 um déficit.

Soares, Flores e Coronel (2014), identificam um aumento nas receitas de Santa Maria - RS a partir do ano de 2008, após ações de governo objetivando justamente essa elevação.

Dantas et al (2014) apura que os gestores eleitos de Sousa, na Paraíba, possuem conhecimentos limitados com relação a orçamento público, especialmente nos quesitos despesas e receitas públicas (94%), leis e regras orçamentárias (79%), assim como a sua subdivisão (97%).

Castro (2016) evidencia um elevado grau de comprometimento das receitas do município de Macuco, no Rio de Janeiro, em consequência da vinculação dos recursos.

O trabalho acadêmico de Karpinski, Resmini e Raifur (2016) identifica muitas alterações orçamentárias em um curto período no município de Candóí, no Paraná.

Ainda no Paraná, Fiirst et al (2017) descobre que a maioria dos 383 municípios analisados apresenta eficiência na previsibilidade de receitas orçamentárias e que o tamanho



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

dessas cidades não é um fator relevante para influenciar a qualidade da eficiência da previsão da receita pública.

A pesquisa de Silva, Quintela e Vieira (2018) demonstra que Ladainha, situada em Minas Gerais, com perfil predominantemente rural, não possui arrecadação própria suficiente e depende de transferências intergovernamentais para financiar suas despesas, concentradas majoritariamente nas áreas de Educação, Cultura e Saúde.

2.3.2. Receita de Royalties

Dada a importância da receita de royalties para muitos municípios brasileiros, vários pesquisadores usaram o tema como pauta para seus estudos, como no caso de Serra (2005), que em sua tese de doutorado na Universidade de Campinas, sistematiza uma série de fragilidades e apresenta propostas a fim de tornar as referidas normas mais justas.

Com a implantação do Sistema InfoRoyalties, González e Serra (2006) descobrem que a ferramenta é muito útil para usuários comuns, pois a construção de indicadores a fim da inserção no sistema depende de variadas fontes, o que representa uma tarefa bastante complexa.

O artigo de Lyra (2016), Postali (2007) identifica que, embora a receita dos royalties nos municípios utilizados como amostra possua uma arrecadação significativa, não é verificado o aumento nos investimentos públicos ou a geração de novas atividades produtivas em decorrência desses recursos.

Os resultados da pesquisa de Ribeiro, Teixeira e Gutierrez (2010) elucidam que não há efeito das receitas de royalties no PIB per capita dos municípios do Espírito Santo.

O trabalho de Reis e Santana (2015) encontra uma realidade antagônica em 798 municípios brasileiros: os municípios mais dependentes dos royalties elevam as despesas de capital com o aumento dos royalties, tanto pela ótica per capita quanto pela proporção fiscal.

O estudo de Brito e Lima (2015) foca no tratamento contábil dado às receitas de royalties de um pequeno município do Espírito Santo, a fim de verificar o impacto no patrimônio dos entes federados.

A pesquisa de Martinez e Rei (2016) comprova que há uma relação direta entre o aumento dos royalties e o crescimento do IDEB entre os anos de 2006 e 2013, em 78 municípios do Espírito Santo.

O enfoque dado por Vargas, Campos e Vargas (2016) e Silva e Hasenclever (2018) contempla o município de Campos de Goytacazes, maior receptor de rendas oriundas de royalties.

2.3.3. Gestão nas Áreas da Saúde e Educação

O estudo de Mota e Novais (2012) identifica pontos positivos quanto à legalidade das peças orçamentárias concernentes ao exercício de 2011, no município de Jales.

A pesquisa de Medeiros et al (2013) identifica que, no período analisado, o Índice da Educação Básica (IDEB) da 4^a e 8^a séries obteve um aumento de, aproximadamente, 17% e 13%, respectivamente, no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

A obra de Limonti, Peres e Caldas (2014) expõe que os recursos de municípios mais pobres são redistribuídos para municípios de grande porte, já que a estrutura tributária dessas pequenas cidades não é forte.

O estudo de Queiroz e Rodrigues (2014) analisa que 79 dos 81 municípios fluminenses estudados cumprem com facilidade o limite mínimo de despesas com saúde.

Mattei, Bezerra e Mello (2016), Costa e Gartner (2017) faz a análise nas áreas de educação e saúde, com a amostra dos 26 estados brasileiros e Distrito Federal.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

O trabalho de Zubik et al (2019) identifica que 8% dos 370 municípios paraenses analisados apresentam eficiência máxima em relação à gestão dos recursos nas áreas da educação e saúde, em algum dos períodos verificados.

A constatação de Fernandes, Teixeira e Leite (2017) ao estudar municípios do Estado de São Paulo é a de que o comprometimento do gestor municipal na ampliação da arrecadação é essencial para a melhoria da saúde pública.

A pesquisa de Bezerra et al (2018) analisa 4.376 municípios do país a fim de mensurar a relação entre receitas e despesas públicas, bem como a qualidade de educação desses municípios, de acordo com parâmetros do Índice Firjan.

O estudo de Duarte e Diniz (2018), Sousa et al (2018) não encontra relação entre o maior volume de recursos dispensados e aumento da eficiência na gestão pública concernente aos serviços de média e alta complexidade na saúde e com o ensino fundamental, respectivamente.

Com o trabalho de Oliveira e Araújo (2019) é possível verificar que, entre as despesas funcionais analisadas, a área da saúde teve influência positiva no desenvolvimento humano dos municípios analisados e, na área da educação, não é identificada essa relação positiva.

3. Método de Pesquisa

3.1. Delineamento

Esta pesquisa é quantitativa, considerando que os dados de entrada são, majoritariamente numéricos, por se tratar do orçamento do município de Ilhabela. Para a obtenção destes dados foram utilizadas fontes primárias, como a Lei Orçamentária Anual - LOA, publicada no site Cespro. No que concerne às informações consolidadas dos valores de royalties repassados para o Município de Ilhabela entre os anos de 2001 e 2019 a pesquisadora fez a coleta no Portal da Transparência do Governo Federal. Quanto aos repasses efetuados ao Município, especificamente, sobre a participação especial, os elementos foram retirados do informativo da Petrobras publicado no mês de junho de 2020, no qual consta os montantes de royalties e participação especial recebidos pelas cidades abrangidas pela Bacia de Santos.

Diante das consultas aos documentos mencionados acima, o estudo é caracterizado pelo processo e técnica de coleta bibliográfica e documental, respectivamente.

Por abarcar o lapso compreendido entre 2001 e 2019, selecionado previamente por revelar o crescimento orçamentário exponencial do município de Ilhabela na última década, a pesquisa é classificada como uma amostra e seu período é definido como transversal.

No que se refere ao processamento dos dados obtidos, o ambiente da análise é bibliográfico e o propósito é descritivo. A fim de entender melhor o desenvolvimento orçamentário de Ilhabela ao longo do período escolhido, a pesquisa é, em sua essência, um estudo de caso e por isso é identificada metodologicamente como monográfica.

Por fim, como resultado este estudo tem a informação em caráter semi-original, haja vista que já foram analisados orçamentos de outros municípios sob a ótica aqui proposta, bem como tem sua natureza teórica, contribuindo com as discussões acadêmicas sobre a gestão eficiente dos recursos financeiros na administração pública.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

3.2. Tratamento dos Dados

Foram reunidos os seguintes dados: receitas correntes totais, receitas correntes provenientes de transferências, receitas de royalties e participação especial, despesas fixadas para a saúde e educação.

Com todos esses dados inseridos na planilha, o primeiro passo foi trazê-los a valores constantes, considerando o ano de 2020 como base da análise, descontando a inflação do período. O índice utilizado foi o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, o qual é medido mensalmente pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e considerado a taxa oficial da inflação no Brasil. Os valores do índice considerados foram referentes ao ano de 2020 (IBGE, 2020).

3.3. Critérios de Análise

A primeira análise do estudo contempla a participação das receitas de royalties e participação especial em relação à previsão das receitas totais em cada exercício.

Outro foco da investigação é obter a evolução no que se refere ao montante recebido pelo Município das receitas de royalties e participação especial em cada exercício comparado a quantia total obtida no período de estudo, compreendido entre os anos de 2001 e 2019.

O objetivo da pesquisa na observação das despesas nas áreas da saúde e educação é verificar a participação das duas áreas analisadas no que concerne aos valores constantes de cada exercício dos royalties e participação especial.

Com relação à análise da evolução das despesas a proposta é semelhante à verificação realizada nas receitas: identificar a contribuição de cada exercício comparada ao valor total obtido no período proposto.

4. Análise dos Resultados

4.1. Participação das Receitas

Na análise entre os anos de 2001 a 2012, pode-se verificar que os valores constantes das receitas de royalties não apresentam um resultado consistente de crescimento. Com isso, o índice do período é de 27,48, o qual representa a participação das receitas de royalties em relação à previsão de receitas da administração direta.

Tabela 1. Análise da Participação de Receitas.

Ano	Receitas da Administração Direta	Receitas de Transferências Correntes	Total Receitas	Receitas de Royalties e Participação Especial	Cálculo de Participação das Receitas de Royalties
	1	2	3 = 1+2	4	4/3
	Valores Constantes em R\$				Em %
2001	45.309.476	20.658.367	65.967.843	33.789.877	51,22
2002	67.003.688	25.728.848	92.732.536	24.861.113	26,81
2003	60.553.275	27.507.002	88.060.277	29.726.104	33,76
2004	65.994.026	30.349.589	96.343.616	31.767.195	32,97
2005	87.169.296	34.757.840	121.927.137	35.086.347	28,78
2006	89.140.187	40.915.248	130.055.435	37.413.737	28,77
2007	92.671.687	44.281.194	136.952.881	32.797.931	23,95
2008	94.275.563	47.979.553	142.255.117	41.982.583	29,51
2009	56.114.445	99.318.194	155.432.639	26.428.423	17,00
2010	89.404.058	83.355.137	172.759.196	32.447.798	18,78

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2011	103.493.108	109.966.875	213.459.983	54.872.670	25,71
2012	87.768.240	129.514.337	217.282.578	67.651.096	31,14
Total	938.897.053	694.332.189	1.633.229.242	448.824.881	27,48
2013	58.417.102	145.594.078	204.011.180	90.070.109	44,15
2014	61.479.977	194.701.868	256.181.845	183.977.729	71,82
2015	58.126.985	273.869.255	331.996.240	290.338.960	87,45
2016	63.715.533	356.826.562	420.542.095	454.323.192	108,03
2017	81.014.931	409.973.457	490.988.389	497.075.052	101,24
2018	87.221.052	579.260.488	666.481.540	819.427.534	122,95
2019	89.890.086	767.381.908	857.271.994	746.698.940	87,10
Total	499.865.669	2.727.607.618	3.227.473.287	3.081.911.520	95,49
	1.438.762.722	3.421.939.807	4.860.702.530	3.530.736.402	72,64

Fonte: Receitas da Administração Direta e Transferências Correntes: LOA 2000 a 2018. Receitas de Royalties e Participação Especial: ANP. Elaboração Própria.

Interessante frisar que, apenas em quatro exercícios (2001, 2003, 2004 e 2005) a receita de royalties superou a previsão das receitas de transferências correntes, na qual são computadas não só esses montantes relativos a produção do petróleo e gás natural, como também as receitas provenientes de outros entes da Federação para cobertura de despesas correntes.

No entanto, a partir do ano de 2013 é possível verificar um comportamento diferente, o qual compreende um crescimento na participação dos valores de royalties. O montante arrecadado pelo município em sete anos (2013 a 2019) chega ao resultado de 95,49, índice que revela a importância dessa receita para o orçamento de Ilhabela.

Ressalta-se o fato que somente no ano de 2018 a arrecadação de royalties tenha superado em 82,57% a quantia obtida no primeiro período inteiro.

4.2. Evolução das Receitas

No segundo lapso de tempo estudado, o progresso da receita ao longo dos exercícios representa 87,29%. Isso pode ser explicado pelo recebimento, a partir de 2014, da participação especial pelo excesso de produção na Bacia de Santos.

Tabela 2. Evolução dos Royalties Recebidos.

Exercício	Evolução Royalties Recebidos Valores Constantes
2001	0,96%
2002	0,70%
2003	0,84%
2004	0,90%
2005	0,99%
2006	1,06%
2007	0,93%
2008	1,19%
2009	0,75%
2010	0,92%
2011	1,55%
2012	1,92%
Evolução Primeiro Período	12,71%

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2013	2,55%
2014	5,21%
2015	8,22%
2016	12,87%
2017	14,08%
2018	23,21%
2019	21,15%
Evolução Segundo Período	87,29%

Fonte: ANP. Cálculo baseado nos valores de receitas de royalties e participação especial expressos na Tabela 1. Elaboração própria.

Destaca-se que no ano de 2018 a quantia recebida de R\$ 819 milhões ultrapassa o orçamento total de muitos municípios do país e da própria região, como por exemplo Olinda - PE, Gramado - RS e Ubatuba - SP, as quais auferiram receitas totais em 2018 na ordem de 627 milhões, R\$ 248 milhões e R\$ 326 milhões, respectivamente, de acordo com dados obtidos na plataforma Meu Município.

Importante ressaltar também que esse resultado financeiro extremamente relevante foi apurado em um município que possuía uma população abaixo de 50 mil habitantes. De acordo com o último censo do IBGE (2010), eram pouco mais de 28 mil.

4.3. Participação das Despesas

Na investigação concernente à relação das despesas nas áreas da educação e saúde com as receitas de royalties e participação especial recebidas temos o seguinte panorama, conforme expresso na Tabela 3:

Tabela 3. Previsão orçamentária a valores constantes e os royalties de participação especial.

Exercício	Despesas Educação	Despesas Saúde	Royalties e Participação Especial Recebidos
	1	2	3
	Valores Constantes em R\$		
2001	12.868.331	12.911.287	33.789.877
2002	22.794.589	18.085.707	24.861.113
2003	21.950.658	22.229.607	29.726.104
2004	21.920.709	22.124.730	31.767.195
2005	25.909.818	27.874.186	35.086.347
2006	26.727.672	30.423.890	37.413.737
2007	29.941.709	33.397.853	32.797.931
2008	33.037.739	35.921.044	41.982.583
2009	35.204.119	36.030.771	26.428.423
2010	32.061.127	33.970.580	32.447.798
2011	45.206.847	37.036.442	54.872.670
2012	47.304.047	42.318.742	67.651.096
Total Período 1	354.927.371	352.324.844	448.824.881
2013	58.310.496	44.969.302	90.070.109
2014	62.436.643	54.797.947	183.977.729

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

2015	81.389.831	57.288.538	290.338.960
2016	123.216.155	64.053.766	454.323.192
2017	118.972.508	84.105.351	497.075.052
2018	154.465.351	103.127.005	819.427.534
2019	166.186.800	130.536.073	746.698.940
Total Período 2	764.977.787	538.877.986	3.081.911.520
Total	R\$ 1.119.905.158	R\$ 891.202.830	3.530.736.401

Fonte: Despesas da Educação e Saúde: LOA 2000 a 2018. Receitas de Royalties e Participação Especial: ANP. Elaboração própria.

No que se refere à previsão orçamentária para as duas pastas, tanto no primeiro quanto no segundo período é possível observar que o município priorizou os investimentos em educação, embora entre 2013 e 2019 a diferença de valores tenha sido maior.

Salienta-se o fato de que nos primeiros 12 anos o montante da receita de royalties seja menor que a previsão orçamentária para as duas áreas. No entanto, o aumento no recebimento destas receitas e o acréscimo da participação especial em razão da exploração na Bacia de Campos, revelam um saldo superavitário de 136% ao final do segundo lapso. Além disso, nota-se um crescimento na previsão de investimentos das duas pastas a partir do segundo período, consequência desse maior aporte financeiro.

Tabela 4. Participação das despesas em relação às receitas de royalties e participação especial.

Exercício	Royalties Recebidos X Despesas Educação	Royalties Recebidos X Despesas Saúde
	1/3	2/3
2001	38,08	38,21
2002	91,69	72,75
2003	73,84	74,78
2004	69,00	69,65
2005	73,85	79,44
2006	71,44	81,32
2007	91,29	101,83
2008	78,69	85,56
2009	133,21	136,33
2010	98,81	104,69
2011	82,38	67,50
2012	69,92	62,55
Participação Período 1	79,08%	78,50%
2013	64,74	49,93
2014	33,94	29,79
2015	28,03	19,73
2016	27,12	14,10
2017	23,93	16,92
2018	18,85	12,59
2019	22,26	17,48

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Participação Período 2	24,82%	17,49%
-------------------------------	---------------	---------------

Fonte: LOA 2000 a 2018 e ANP. Cálculo baseado nos valores expressos na Tabela 3. Elaboração própria.

Com relação à análise da participação das despesas em relação à soma dos royalties e participação especial, verifica-se que ao final do primeiro período as duas pastas alcançaram um índice próximo, que revelam uma maior dependência desses recursos, principalmente a educação, a qual apresentou uma relação predominante no segundo período e, no primeiro, três exercícios (2002, 2011 e 2012).

No entanto, no segundo período verifica-se uma queda no índice, embora a previsão de investimentos tenha aumentado, principalmente a partir do exercício de 2014. Isso revela que a abundância desses recursos fez o município priorizar outras áreas não analisadas neste estudo.

4.4. Evolução das Despesas

Totalizando 31,69%, o primeiro período relacionado às despesas com a educação apresenta uma atuação menor se comparado ao segundo período, o qual obteve um somatório de 68,31%, resultado que traduz um acréscimo de 116%.

Tabela 5. Evolução das despesas da educação e saúde.

Exercício	Evolução Despesas Educação	Evolução Despesas Saúde
	Valores Constantes	Valores Constantes
2001	1,15%	1,45%
2002	2,04%	2,03%
2003	1,96%	2,49%
2004	1,96%	2,48%
2005	2,31%	3,13%
2006	2,39%	3,41%
2007	2,67%	3,75%
2008	2,95%	4,03%
2009	3,14%	4,04%
2010	2,86%	3,81%
2011	4,04%	4,16%
2012	4,22%	4,75%
Evolução Período 1	31,69%	39,53%
2013	5,21%	5,05%
2014	5,58%	6,15%
2015	7,27%	6,43%
2016	11,00%	7,19%
2017	10,62%	9,44%
2018	13,79%	11,57%
2019	14,84%	14,65%
Evolução Período 2	68,31%	60,47%

Fonte: LOA 2000 a 2018. Cálculo baseado nos valores expressos na Tabela 3. Elaboração própria.

Ainda observando os resultados na área da educação, é possível verificar que quando analisados individualmente os resultados não são muito expressivos e só chegam a dois



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

dígitos no exercício de 2016, quando alcança a marca de 11%. No exercício subsequente ocorreu uma ligeira queda para 10,62%, única no segundo período, o que evidencia uma tendência de evolução da participação da saúde na previsão orçamentária do município.

No que se refere aos resultados obtidos com a previsão orçamentária para a área da saúde, também é possível verificar que o desempenho ano a ano não é muito alto. A diferença em relação à área da educação é que se nota uma tendência de crescimento consistente desde o primeiro período.

Outra diferença entre o resultado das duas pastas fica por conta do percentual quando se considera o somatório da evolução no âmbito dos dois períodos: percebe-se uma elevação de 53%, com 39,53% no primeiro e, 60,47% no segundo, resultado bem menor que o crescimento de 116% alcançado pela educação.

5. Conclusões

Com o objetivo de responder sobre qual foi o impacto financeiro identificado no orçamento das áreas da saúde e educação do Município de Ilhabela, no período entre 2001 e 2019, em decorrência da arrecadação dos royalties e participação especial sobre petróleo e gás natural, verificou-se que a tese desta pesquisa ficou comprovada, uma vez que tanto a previsão de receitas quanto despesas na área da saúde e educação foram menores no primeiro período em comparação ao segundo estudado.

Isso porque até o ano de 2013, o município de Ilhabela só recebia as receitas de royalties e não contabilizava ainda os proventos trimestrais relacionados à produção extraordinária de petróleo e gás natural processados na área do pré-sal, situada na Bacia de Santos.

Para se ter uma ideia de como os números são expressivos, somente em seis anos (2014 a 2019) Ilhabela conseguiu arrecadar quase 45% dos rendimentos totais, quando somadas as receitas de royalties e participação especial. É uma arrecadação invejável, inclusive quando se compara o resultado com a realidade do próprio município que, no decorrer do ciclo discutido (2001 a 2019), totalizou 55% dos benefícios mencionados.

Esses números comprovam o salto orçamentário que a cidade teve ao longo dos anos, principalmente no segundo período, ratificado pelas previsões feitas nas leis orçamentárias anuais.

Compreensivelmente, nota-se que a previsão orçamentária de Ilhabela para as áreas da educação e saúde foram menores nos exercícios do primeiro período (2001 a 2012), totalizando 31,69% e 39,53%, respectivamente, apesar de existir uma pequena vantagem de mais de R\$ 2,5 milhões para a educação, no que se refere ao montante provisionado.

Também foi previsível a manutenção do resultado com relação à tendência de investimentos no segundo período: observou-se que a área da educação foi a mais privilegiada, perfazendo 68,31% contra 60,47% da saúde.

Esse direcionamento se explica em razão da exigência imposta pela Lei Federal nº 12.858/13, a qual destina 75% dos recursos financeiros derivados da exploração de petróleo e gás natural para a educação e 25% para a área da saúde, a partir de contratos firmados em 03 de dezembro de 2012.

Quando se analisa a relação entre previsão orçamentária para as duas áreas e o montante obtido por conta dos royalties, se verifica que no primeiro período (2001 a 2012) a dependência é muito superior, com 79,08% (educação) e 78,50% (saúde); no segundo lapso de tempo, os altos repasses revelam um vínculo menor, representando 24,82% (educação) e 17,49% (saúde).

Diante do exposto é possível concluir que o crescimento das receitas e do orçamento nas duas áreas estudadas se tornou consistente e expressivo a partir do segundo período,



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

compreendido entre os anos de 2013 e 2019, em decorrência das receitas dos royalties e participação especial auferidas pela exploração do pré-sal na Bacia de Santos.

Com essa perspectiva, este estudo contribui para a comunidade acadêmica ao demonstrar um campo extremamente relevante e pouco abordado: as finanças públicas. Ao traçar esse panorama em um período de quase 20 anos, a pesquisa aventa a possibilidade de outros estudantes analisarem orçamentos de outros municípios brasileiros que sejam beneficiados com as receitas de royalties e participação especial com as variáveis aqui propostas. Podem também traçar um cenário de comparação entre duas ou mais cidades, ou ainda delinear o estudo do orçamento de outras Pastas.

Por fim, contribui também para uma visão mais ampla dos gestores públicos sobre o histórico financeiro de seu município, podendo ser usado como base para planejar novas estratégias de desenvolvimento social e econômico a médio e longo prazo.

6. Referências

- Agência Nacional do Petróleo, G. N. (2017). *Plano de Desenvolvimento Aprovado Sapinhoá*. Acesso em 16 de Setembro de 2020, disponível em Gov.Br: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/gestao-de-contratos-de-e-p/fase-de-producao/pd/sapinhoa.pdf>
- Agência Nacional do Petróleo, G. N. (2021). *ANP*. Acesso em 20 de Outubro de 2021, disponível em Gov.Br: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/royalties-e-outras-participacoes/royalties>
- Alves, X. (2019). *Economia*. Acesso em 24 de novembro de 2019, disponível em O Vale: https://www.ovale.com.br/_conteudo/economia/2019/06/80589-ilhabela--sao-sebastiao-e-caragua-lideram-ranking-do-petroleo-em-sp.html
- Annabelle de Fátima Modesto Vargas, M. M. (2016). *O Risco dos Extremos: uma Análise da Implantação do Programa Mais Médicos em um Contexto de Volatilidade Orçamentária*. Acesso em 20 de Agosto de 2020, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42012/o-risco-dos-extremos--uma-analise-da-implantacao-do-programa-mais-medicos-em-um-contexto-de-volatilidade-orcamentaria>
- Barreto, P. R., & Estrada, R. J. (julho de 2006). *Do planejamento financeiro à administração estratégica: em que estágio encontram-se os pequenos municípios do Noroeste do Rio Grande do Sul?* Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35310/do-planejamento-financeiro-a-administracao-estrategica--em-que-estagio-encontram-se-os-pequenos-municipios-do-noroeste-do-rio-grande-do-sul>
- Bezerra, D. S., Libonati, J. J., Macedo, M. R., & Ribeiro, M. V. (maio de 2018). *Análise da Relação entre Receitas e Despesas Públicas e o Desenvolvimento Educacional dos Municípios Brasileiros Baseada no Índice Firjan*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49801/analise-da-relacao-entre-receitas-e-despesas-publicas-e-o-desenvolvimento-educacional-dos-municipios-brasileiros-baseada-no-indice-firjan>
- Brelàz, G. d., & Alves, M. A. (julho de 2013). *O processo de institucionalização da participação na Câmara Municipal de São Paulo: uma análise das audiências públicas do orçamento (1990-2010)*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10581/o-processo-de-institucionalizacao-da-participacao-na-camara-municipal-de-sao-paulo--uma-analise-das-audiencias-publicas-do-orcamento--1990-2010>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Brito, G. D., & Lima, D. V. (setembro de 2015). *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. Acesso em 20 de outubro de 2019, disponível em Revista CRCSC: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2170>
- Castro, H. O. (novembro de 2016). *Vinculações de recursos e efeitos sobre a flexibilidade orçamentária do município*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46108/vinculacoes-de-recursos-e-efeitos-sobre-a-flexi--->
- Cavalcante, P., & Lariu, C. (julho de 2012). *Revista do Serviço Público*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Enap: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/102>
- Cespro. (2020). *Lei Orçamentária Anual*. Acesso em 20 de Agosto de 2020, disponível em Cespro: <https://cespro.com.br/pesquisaLegislacao.php?cdMunicipio=8969&LocalPesquisa=Ementa&cdTipo=Todos&dsStatus=Todos&Submit=Pesquisar&Word=Estima+a+Receita+e+Fixa+a+Despesa>
- Costa, G. P., & Gartner, I. R. (março de 2017). *O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45286/o-efeito-da-funcao-orcamentaria-alocativa-na-reducao-da-desigualdade-de-renda-no-brasil--uma-analise-dos-gastos-em-educacao-e-saude-no-periodo-de-1995-a-2012->
- Coutinho, M. C. (fevereiro de 1991). *Sistema de Bibliotecas FGV*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Bibliotecas FGV: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8975/7875>
- Dantas, F. C., Albuquerque, L. S., Rêgo, T. d., Carvalho, J. R., & Batista, F. F. (janeiro de 2014). *Revista Evidenciação Contábil e Finanças*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Periódicos UFPB: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>
- Duarte, J. M., & Diniz, J. A. (novembro de 2018). *Gastos Públicos e Produtividade nos Serviços de Saúde de Média e Alta Complexidade nos Estados Brasileiros*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51650/gastos-publicos-e-produtividade-nos-servicos-de-saude-de-media-e-alta-complexidade-nos-estados-brasileiros>
- ENAP. (2014). *Orçamento Público Conceitos Básicos*. Acesso em 06 de Setembro de 2020, disponível em ENAP: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%281%29.pdf>
- ENAP. (2017). *Receitas e Despesas Públicas*. Acesso em 20 de Janeiro de 2022, disponível em Repositório Enap: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>
- Enap, E. N. (2017). *Modulo 2 - Receita e Despesa Públicas*. Acesso em 19 de Fevereiro de 2022, disponível em Enap: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>
- Fernandes, G. A., Teixeira, M. A., & Leite, R. O. (janeiro de 2017). *Quando se esforçar mais e não gastar mais faz toda a diferença: O caso da saúde pública em municípios do estado de São Paulo*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell:

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- <http://www.spell.org.br/documentos/ver/44309/quando-se-esforçar-mais-e-nao-gastar-mais-faz-t--->
- Fiirst, C., Pamplona, E., Hein, N., & Zonatto, V. C. (setembro de 2017). *Eficiência de Previsibilidade Orçamentária da Receita Pública: Um Estudo em Municípios do Estado do Paraná entre os Exercícios 2002 e 2013*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48236>
- González, S. M., & Serra, R. V. (09 de outubro de 2006). *InfoRoyalties: uma ferramenta para ampliação do controle social*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Abepro: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr550371_7099.pdf
- IBGE. (2010). *Panorama Ilhabela*. Acesso em 20 de Janeiro de 2022, disponível em Cidades IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/panorama>
- IBGE. (2020). *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*. Acesso em 15 de Julho de 2020, disponível em IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=downloads>
- Junior, M. M., Zonatto, V. C., & Lavarda, C. E. (2012). *Participação dos diferentes departamentos e unidades no sistema orçamentário: um estudo de caso em uma instituição de ensino superior do estado de Santa Catarina*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47699/participacao-dos-diferentes-departamentos-e-unidades-no-sistema-orcamentario--um-estudo-de-caso-em-uma-instituicao-de-ensino-superior-do-estado-de-santa-catarina>
- Karpinski, J. A., Resmini, G., & Raifur, L. (junho de 2016). *A efetividade da Lei Orçamentária Anual – LOA: um estudo do crescente número de alterações Orçamentárias em um Município de Pequeno Porte na Região Centro Sul do Estado do Paraná*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43058/a-efetividade-da-lei-orcamentaria-anual----loa--um-estudo-do-crescente-numero-de-alteracoes-orcamentarias-em-um-municipio-de-pequeno-porte-na-regiao-centro-sul-do-estado-do-parana>
- Limonti, R. M., Peres, U. D., & Caldas, E. d. (março de 2014). *Política de fundos na educação e desigualdades municipais no Estado de São Paulo: uma análise a partir das arenas políticas de Lowi*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29612/politica-de-fundos-na-educacao-e-desigualdades-municipais-no-estado-de-sao-paulo--uma-analise-a-partir-das-arenas-politicas-de-lowi>
- Lopes, L. S., & Hanley, A. G. (setembro de 2014). *Alice no País da Contabilidade: a Aventura de Duas Historiadoras Econômicas em Registros Contábeis do Século XIX*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34291/alice-no-pais-da-contabilidade--a-aventura-de-d--->
- Lyra, L. (setembro de 2016). *Mobilidade social no município de Quissamã (RJ): as riquezas do petróleo e os problemas contemporâneos*. Acesso em 20 de outubro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46107/mobilidade-social-no-municipio-de-quissama--rj---as-riquezas-do-petroleo-e-os-problemas-contemporaneos>
- Martinez, A. L., & Reis, S. D. (maio de 2016). *IMPACTO DOS ROYALTIES DO PETRÓLEO NO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DO CASO DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS*. Acesso em 2019 de outubro de 19, disponível em Portal Periódicos Unoesc: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/9590>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Mattei, T. F., Bezerra, F. M., & Mello, G. R. (janeiro de 2017). *Despesas Públicas e o Nível de Desenvolvimento Humano dos Estados Brasileiros: Uma Análise do IDHM 2000 e 2010*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49265/despesas-publicas-e-o-nivel-de-desenvolvimento-humano-dos-estados-brasileiros--uma-analise-do-idhm-2000-e-2010>
- Medeiros, F. S., Chieza, R. A., Lopes, T. d., & Weise, A. D. (maio de 2013). *Comportamento dos gastos em educação em Santa Maria – RS (2007-2011)*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/29242/comportamento-dos-gastos-em-educacao-em-santa-m--->
- Mota, C. R., & Novais, M. A. (janeiro de 2012). *Desafios da gestão do orçamento público da secretaria de saúde: um estudo no município de Jales*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/39565/desafios-da-gestao-do-orcamento-publico-da-secretaria-de-saude--um-estudo-no-municipio-de-jales>
- Município, M. (2019). *Dados de Gramado 2018*. Acesso em 20 de Novembro de 2021, disponível em Meu Município: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/4309100-Gramado-RS?exercicio=2018>
- Município, M. (2019). *Dados de Olinda 2018*. Acesso em 20 de Novembro de 2021, disponível em Meu Município: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/2609600-Olinda-PE?exercicio=2018>
- Município, M. (2019). *Dados de Ubatuba 2018*. Acesso em 20 de Novembro de 2021, disponível em Meu Município: <https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3555406-Ubatuba-SP?exercicio=2018>
- Nacional, T. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCasp*. Acesso em 14 de Fevereiro de 2022, disponível em Sisweb Tesouro: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484
- Nogueira, D. C., & Santana, J. R. (janeiro de 2015). *Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios brasileiros*. Acesso em 19 de outubro de 2019, disponível em Scielo: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00091.pdf>
- Novaes, F. S., & Santos, M. E. (julho de 2014). *O Orçamento Participativo e a democratização da gestão pública municipal — a experiência de Vitória da Conquista (BA)*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31770/o-orcamento-participativo-e-a-democratizacao-da-gestao-publica-municipal-----a-experiencia-de-vitoria-da-conquista--ba->
- Oliveira, K. V., Carvalho, F. A., Jorge, M. F., & Jorge, M. J. (setembro de 2014). *Calendário eleitoral e gestão pública: uma análise contabilométrica das despesas municipais no estado do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47755/calendario-eleitoral-e-gestao-publica--uma-analise-contabilometrica-das-despesas-municipais-no-estado-do-rio-de-janeiro-no-periodo-de-1998-a-2006>
- Oliveira, L. S., & Araújo, A. O. (janeiro de 2019). *As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Periódicos UFSC: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n38p87>



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Pase, H. L. (janeiro de 2003). *Orçamento participativo em Municípios predominantemente rurais*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Revistas Unijui: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/69/26>
- Penha, T. A., Reis, F. H., & Lyra, T. F. (janeiro de 2010). *A experiência do Orçamento Participativo em Natal à luz da teoria do desenvolvimento*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6705/a-experiencia-do-orcamento-participativo-em-natal-a-luz-da-teoria-do-desenvolvimento>
- Petrobras. (2020). *Comunica Bacia de Santos*. Acesso em 20 de Outubro de 2021, disponível em Comunica Bacia de Santos: https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/sites/default/files/Atualizacao_Site_Comunica_BS_02.06.20.pdf
- Pires, J. S., & Motta, W. F. (maio de 2006). *A evolução histórica do orçamento público e sua importância para a sociedade*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/41805/a-evolucao-historica-do-orcamento-publico-e-sua-importancia-para-a-sociedade>
- Pires, V., & Martins, L. d. (julho de 2011). *Orçamento Participativo (OP) após vinte anos de experiências no Brasil: mais qualidade na gestão orçamentária municipal?* Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Anpad: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB116.pdf>
- Postali, F. A. (2007). *Efeitos da distribuição de royalties do petróleo sobre o crescimento dos Municípios no Brasil*. Acesso em 02 de novembro de 2019, disponível em Anpec: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A072.pdf>
- Procopiuck, M., Machado, E. T., Rezende, D. A., & Bessa, F. L. (outubro de 2007). *O plano plurianual municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35776/o-plano-plurianual-municipal-no-sistema-de-planejamento-e-orcamento-brasileiro>
- Queiroz, I. S., & Rodrigues, A. (janeiro de 2014). *Um estudo sobre o Gerenciamento da Informação Contábil pelos municípios fluminenses para alcance do piso constitucional de aplicação em Saúde*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31232/um-estudo-sobre-o-gerenciamento-da-informacao-contabil-pelos-municipios-fluminenses-para-alcance-do-piso-constitucional-de-aplicacao-em-saude>
- Reis, D. A., & Santana, J. R. (janeiro de 2015). *Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios brasileiros*. Acesso em 19 de outubro de 2019, disponível em Biblioteca Digital FGV: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/42963>
- República, P. d. (2000). *Lei Complementar 101*. Acesso em 15 de Setembro de 2020, disponível em Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- República, P. d. (2012). *Lei 12.734*. Acesso em 20 de Janeiro de 2022, disponível em Planalto: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112734.htm
- República, P. d. (2013). *Lei 12.858*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2022, disponível em Planalto: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112858.htm
- Ribeiro, C. A., & Simon, W. T. (janeiro de 1993). *Práticas orçamentárias participativas: um estudo de caso de prefeituras paulistas*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Bibliotecas FGV: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/8679/7411>

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Ribeiro, E. G., Teixeira, A., & Gutierrez, C. E. (março de 2010). *Impacto dos royalties do petróleo no PIB per capita dos municípios do Estado do Espírito Santo, Brasil*. Acesso em 2019 de outubro de 19, disponível em Biblioteca Digital FGV: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/23165>
- Santos, L. A., & Camacho, E. U. (maio de 2014). *Orçamento público municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/40042/orcamento-publico-municipal--uma-analise-no-mun--->
- Senado. (2020). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Acesso em 27 de 01 de 2022, disponível em Senado: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf
- Serra, R. V. (2005). *Contribuições para o debate acerca da repartição dos royalties petrolíferos no Brasil*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Repositório Unicamp: <http://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/416072?guid=1646584429758&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1646584429758%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d416072%23416072&i=1>
- Silva, F. A., Quintela, M. C., & Vieira, N. d. (abril de 2018). *Perfil Orçamentário de Pequenos Municípios: O Caso do Município de Ladainha – MG*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/49990/perfil-orcamentario-de-pequenos-municipios--o-c--->
- Silva, J. E., & Hasenclever, L. (janeiro de 2019). *Ciclo do Petróleo e Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Campos dos Goytacazes – 1999/2014*. Acesso em 19 de outubro de 2019, disponível em Revista Unijui: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7599>
- Soares, C. S., Flores, S. A., & Coronel, D. A. (janeiro de 2014). *O comportamento da receita pública municipal: um estudo de caso no Município de Santa Maria (RS)*. Acesso em 09 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/28598/o-comportamento-da-receita-publica-municipal--um-estudo-de-caso-no-municipio-de-santa-maria--rs->
- Sousa, U. D., Santos, J. S., Calado, J. E., Júnior, F. C., & Sousa, W. D. (agosto de 2018). *GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E META DO IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO*. Acesso em 15 de novembro de 2019, disponível em Brazilian Journals: <http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/278>
- União, C. G. (2021). *Detalhamento de Recursos Transferidos*. Acesso em 20 de Outubro de 2021, disponível em Portal da Transparência: <https://www.portaltransparencia.gov.br/transferencias/detalhe?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2012&ate=31%2F12%2F2019&tipo=1&tipoFavorecido=9&uf=SP&nomeMunicipio=ILHABELA&acao=0A53&colunasSelecionadas=mesAno%>
- Ursula Dias Peres, B. B. (novembro de 2017). *A Participação Social e o Conflito Distributivo na Planificação e Orçamentação Públicas: O Caso do Município de São Paulo*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48151/a-participacao-social-e-o-conflito->



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

distributivo-na-planificacao-e-orcamentacao-publicas--o-caso-do-municipio-de-sao-paulo

- Vargas, A. d., Campos, M. M., & Vargas, D. d. (maio de 2016). *O Risco dos Extremos: uma Análise da Implantação do Programa Mais Médicos em um Contexto de Volatilidade Orçamentária*. Acesso em 19 de outubro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/42012/o-risco-dos-extremos--uma-analise-da-implantacao-do-programa-mais-medicos-em-um-contexto-de-volatilidade-orcamentaria>
- Zubyk, A. R., Ribeiro, F., Clemente, A., & Gerigk, W. (janeiro de 2019). *Eficiência na Gestão dos Gastos Municipais em Educação e de Saúde: Um Estudo Baseado na Análise Envoltória de Dados no Estado do Paraná*. Acesso em 10 de novembro de 2019, disponível em Spell: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/52594>